

Novo e promissor aceno

Algo de importante vem ocorrendo no plano internacional no que tange à solução do problema da dívida externa do Terceiro Mundo. Já nos últimos meses, à luz de diversas iniciativas, percebera-se que a questão poderia encontrar uma solução política, nos moldes sempre requeridos pelos países latino-americanos. Todavia, anteontem, veio somar-se às expectativas dos países endividados um inesperado e relevante apoio: o do futuro presidente dos Estados Unidos, George Bush. Ao interir-se das declarações do próximo ocupante da Casa Branca, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, reconheceu que elas lançam "novas e promissoras perspectivas". Devemos acrescentar que o nosso ministro, por sua atuação no Grupo dos Oito (maiores devedores da América Latina), favoreceu a abertura norte-americana tendente a uma solução que, há muitos anos, vinhamos considerando natural.

As declarações de George Bush foram antecedidas de importantes iniciativas através das quais, nos últimos meses, ficava bem claro que o Plano Baker, lançado em 1985, havia perdido sua relevância por ter-lhe faltado a contribuição dos bancos comerciais (maiores empréstimos). Na última Assembléia Anual do FMI e do Banco Mundial, em Berlim, o fato ficou patente, levando todos os participantes a omitir, em suas falas, o plano norte-americano.

O ano que ora termina foi um teste importante para a avaliação da eficácia das sugestões feitas em 1987 visando ao encontro de novas alternativas para solução do problema da dívida externa. Foi um ano de grandes operações de conversão da dívida externa em capital de risco. Entretanto, verifica-se ao mesmo tempo, que, embora constituísse mecanismo importante, a conversão não vinha permitindo a redução, no volume desejado, do montante da dívida. Na reunião de Berlim, os ministros da Fazenda dos países credores adotaram uma posição prudente, já reconhecendo que não se encontrara ainda uma solução satisfatória. Alguns dias depois, coube ao presidente francês François Mitterrand formular uma proposta concreta, perante o plenário das Nações Unidas: a criação de uma instituição multilateral para absorver a dívida

com deságio ou garanti-la. Tratava-se apenas de uma iniciativa isolada de um país de peso todavia relativamente modesto na conduta da política internacional. Já George Bush, ao encarecer a necessidade de ampla revisão da atual estratégia, modifica profundamente o panorama e torna possível uma discussão aprofundada do problema. Não se deve pensar que se trata apenas de uma declaração sem compromissos feita por um presidente eleito, às vésperas de assumir o poder, com a simples intenção de inovar. Na realidade, a modificação ora proposta por Bush vinha maturando já há alguns meses. Dois fatos mostram a evolução do governo de Washington na questão: um empréstimo-ponte de US\$ 3,5 bilhões do Tesouro norte-americano ao México e outro do Banco Mundial à Argentina, embora não se tenha ainda concluído um acordo de ajustamento com o FMI. De fato, o Banco Mundial é particularmente sensível às "sugestões" da Casa Branca, e tais empréstimos, pouco ortodoxos, anunciados na Conferência de Berlim, foram feitos a pedido de James Baker III no momento em que deixava o Departamento do Tesouro. Há três dias, coube ao vice-presidente do Banco Mundial, Moeen A. Qureshi, anunciar em Londres uma modificação profunda da estratégia do organismo internacional, com maior ênfase aos investimentos e financiamentos de maior prazo com a ampliação dos empréstimos das agências oficiais de crédito. Lembrou Qureshi que os investimentos nos países endividados ficavam 30 bilhões de dólares abaixo do mínimo necessário.

É neste contexto que se devem interpretar duas breves respostas do presidente eleito dos EUA a jornalistas, numa entrevista em que apontou o nome de um novo secretário da sua administração. Na primeira resposta, Bush reconheceu a necessidade de revisão do Plano Baker, providência que não deveria incluir apenas o Tesouro norte-americano mas também a do quadro de funcionários da segurança nacional ("our National Security people"). Na outra resposta, afastou uma solução tendente ao perdão, puro e simples, da dívida.

Breves palavras que atestam todavia uma grande evolução, ao admitirem a insuficiência do Plano Baker (que deve ser

ampliado) e que a questão da dívida externa se torna um problema político, cuja solução deve ser analisada não apenas pelo Tesouro norte-americano como também pelo State Department e pelo Conselho Nacional de Segurança. Tal inclusão explica em grande parte a mudança de atitude de Washington, que há alguns meses julgava que o problema estivesse afeto apenas aos bancos comerciais.

A evolução política da América Latina preocupa os EUA. As eleições presidenciais no próximo ano na Argentina, no Uruguai e no Brasil, e em 1990 no Peru e na Colômbia poderão levar ao poder candidatos populistas que sugerem uma moratória unilateral por entenderem que até agora a dívida externa vem sendo o grande empecilho ao desenvolvimento desses países. Washington ficou muito sensível à posição do Grupo dos Oito, tanto na Conferência de Punta del Este, em âmbito presidencial, quanto na do Rio de Janeiro, onde se reuniram ministros da Fazenda dos países endividados. Não se sugeriu um confronto, mas um diálogo que almeja uma redução da dívida, uma "politicização" do problema, ou seja, a intervenção dos governos dos países credores. No momento em que a economia mundial se prepara para enfrentar profundas transformações com a constituição de potentes blocos econômicos (CEE e América do Norte), é necessário que uma região tão importante como a América Latina não esteja marginalizada no processo de desenvolvimento. A recuperação do continente sul-americano é mesmo indispensável para o bom funcionamento dos novos blocos. A dívida externa torna-se assim, realmente, um problema político.

A nova posição oficializada pelo futuro presidente dos Estados Unidos abre novas perspectivas, parecendo indicar que estamos às vésperas de profundas modificações nas quais sempre acreditamos. São muito importantes para um país como o Brasil, de economia seriamente ameaçada por uma hiperinflação. Não acreditamos que um simples alívio do peso da dívida externa seja suficiente para resolver nossos problemas, mas esperamos que isso permita o encontro de um terreno favorável à adoção de medidas mais profundas, e ao afastamento de uma recessão de drásticas consequências políticas e sociais.